

Boletim

CR/RR

SETEMBRO/2016



I. CONJUNTURA

Não aceitamos governo biônico. Estamos na luta em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores!

O Brasil acaba de assistir à consolidação do golpe de Estado que vem se desenvolvendo desde junho de 2013, com a aprovação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal, eleita pela maioria do povo brasileiro e cassada sem que fosse demonstrado crime de responsabilidade, como prevê a Constituição Federal. No segundo semestre de 2013, no

jornal da entidade, a APEOESP já denunciava o movimento da direita, no contexto das manifestações que então ocorriam, para desestabilizar a jovem democracia brasileira. O conluio entre a mídia corporativa empresarial, setores do judiciário, partidos como o PSDB e a cúpula do PMDB (participe do governo Dilma) e grupos empresariais construíam o golpe, mas contavam com uma possível vitória de

Aécio Neves nas eleições de 2014. A derrota do candidato tucano fez com que a articulação golpista passasse a agir abertamente, a começar pelo questionamento do próprio resultado eleitoral. Erros cometidos pelo governo na condução da política econômica de certa forma contribuíram para que essa articulação prosperasse rapidamente.

Cassação de Cunha: consequências que ainda não é possível prever

No momento em que fechamos esta edição, acaba de ser cassado o deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O elástico placar de 450 votos pela cassação demonstra que houve empenho do governo Temer e dos partidos outrora aliados de Cunha e

que com ele armaram o golpe contra Dilma Rousseff, de abandoná-lo à própria sorte. Após a cassação, Cunha deu declarações nas quais ataca mais uma vez o PT, mas o mais importante é que ele acusa explicitamente o governo Temer de ser responsável por sua cassação. E diz que revelará basti-

dores do processo de impeachment. Agora sem foro privilegiado, Cunha se transforma num réu mais desprotegido e, talvez, mais perigoso. Eventualmente poderá incriminar os que ele considera que o traíram.

O golpe foi contra os trabalhadores

O exemplo mais evidente do caráter golpista de todo esse processo está no fato de o governo biônico ter sancionado dois dias após a aprovação do impeachment nova legislação que permite a chamada pedalada fiscal, teoricamente a razão formal para justificar a cassação de

Dilma Rousseff. O mesmo mecanismo havia sido utilizado por presidentes anteriores e é usado por governadores e prefeitos, sem que tenha levado à perda de seus mandatos. A realidade é que o golpe foi dado para que seja possível a aplicação da agenda de ajuste prevista no programa do

PMDB na “ponte para o futuro”, que vem sendo viabilizada rapidamente por meio de projetos de lei e providências legais. Como veremos a seguir, a destruição dos avanços e conquistas na área da educação está sendo rápida e profunda. Entre essas medidas estão:

Reforma da Previdência:

- Acabará com a aposentadoria especial dos professores e demais profissionais que exercem funções perigosas e/ou penosas.
- Unificará a idade mínima dos trabalhadores dos setores público e privado, homens e mulheres, em 65 anos.
- Aumentará a alíquota de contribuição de 11% para 14% e irá impor outros prejuízos aos nossos direitos.
- José Serra já fala em aposentadoria aos 75 anos para servidores públicos.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257:

- Congelam investimentos públicos por 20 anos (limitando-os aos valores de 2016, corrigidos pelo IPCA).
- Proíbem reajustes para os servidores.
- Suspendem concursos e contratações.
- Acabam com a vinculação constitucional de verbas para educação e saúde.

Educação

- Desvinculação das verbas, como previsto atualmente na Constituição Federal.
- Redução dos recursos destinados à educação, o que significa o comprometimento da execução do Plano Nacional de Educação. Citamos, apenas a título de exemplo, as metas 17 e 20 do PNE, que não seriam alcançadas, pois impossibilitaria aumentar os gastos para se chegar aos 10% do PIB até o final do decênio do PNE.
- Fim do Piso Salarial Profissional Nacional, a ser substituído por um “bônus” nacional.
- Esvaziamento do Fórum Nacional de Educação e todas as instâncias do MEC de relacionamento com a sociedade civil organizada.
- Extinção da Secadi, do MEC, responsável por políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.
- Extinção do Programa Nacional de Alfabetização.
- Extinção do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa.
- Extinção do Pronatec.
- Extinção do Programa Ciência sem Fronteiras.
- Extinção do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e IDEB.
- Ameaça de extinção do ENEM.
- Revogou as nomeações da presidenta Dilma Rousseff para o Conselho Nacional de Educação para dar lugar a representantes da iniciativa privada.

Saúde

- “Flexibilização” do Sistema Único de Saúde, que poderá perder seu caráter de universalidade e gratuidade.
- Criação de planos de saúde “populares” em lugar da gratuidade do SUS.
- Desvinculação das verbas, como previsto atualmente na Constituição Federal.

Reforma trabalhista

Todos os direitos previstos na CLT seriam garantidos somente como resultado de negociações bilaterais entre as categorias profissionais e seus respectivos patrões, entre eles:

- 13^o salário.
- Duração e remuneração de férias.
- FGTS.
- Política salarial.
- Jornada de trabalho (que poderá ser flexibilizada para que se permita que o trabalhador tenha uma jornada de até 12 horas no mesmo dia de trabalho).
- Ampliação da terceirização, alcançando também as atividades-fim nas empresas.

Logo após a posse o governo Temer já enviou o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional para 2017, limitando os gastos nas áreas sociais, com destaque para educação e saúde, que são áreas críticas e sensíveis, as quais necessitam de maior atenção através de políticas públicas de Estado.

A extinção de pastas responsáveis por políticas sociais, como Cultura, Mulheres, Direitos Humanos, Igualdade Racial e Desenvolvimento Agrário, refletem bem o caráter discriminatório deste governo. No caso da pasta da Cultura, a sua extinção foi revertida após uma onda de protesto, com ocupações em todo território nacional que forçou o governo a recuar. Isto, entretanto, não mudou a sua política quanto à área da Cultura, o que tem provocado sérias críticas do meio artístico.

Quanto às riquezas do país, este governo pretende entregar de vez nossas riquezas, alterando a legislação sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, mudando para um regime de concessão. Com isso os investimentos oriundos destes recursos que iriam para a educação e para a saúde, deixariam de existir. Na prática é uma forma de entregar toda nossa riqueza para empresas estrangeiras sem nenhuma contrapartida.

Na mesma linha, encontram-se propostas como mudança na legislação que permita a compra de terra sem limitações por empresas estrangeiras. Com a redução de investimento do atual governo na reforma agrária e nos pequenos agricultores, a tendência será o aumento da concentração de terras e do agronegócio e a redução da produção de alimentos para a população, em razão de uma política que visaria a produção de gêneros para a exportação. O resultado será o aumento nos preços da cesta básica.

Não podemos nos esquecer que há muitos anos há uma forte pressão para mudança na legislação brasileira para que seja permitida a exploração e controle na extração e envasamento de água mineral. Se esta mudança ocorrer, nem mesmo a água será dos brasileiros. Um produto essencial para o ser humano e que deve ser o produto mais cobiçado em pouco tempo.

No plano da política externa, o ministro das Relações Exteriores, José Serra, tem procurado reverter a política exitosa desenvolvida nos últimos 12 anos, pela qual o Brasil ganhou projeção internacional, abrindo novos mercados, diminuindo a dependência que havia em relação aos EUA e Europa, fortalecendo o Mercosul, participando ativamente na construção do BRICS e do G 20, fortalecendo a relação sul sul, estabelecendo uma política proveitosa e respeitosa com os países africanos.

Este governo biônico desrespeita acordo do Mercosul que daria a presidência do Bloco à Venezuela, cumprindo o papel vergonhoso de subserviência aos EUA.

Como o governo Temer é visto no exterior

A recepção negativa no exterior, que o governo Temer já possuía antes da aprovação final do impeachment, se consolidou. No Mercosul, por exemplo, apenas o governo Macri da Argentina, que vem enfrentando fortes mobilizações sociais de protestos contra sua política anti-social e o governo Horácio Cartes do Paraguai, que ascendeu ao poder através de um golpe parlamentar, apoiam o atual governo Temer.

A participação do governo biônico de Michel Temer no encontro do G 20 na China foi motivo de chacota e constrangimento, pois o mesmo é objeto de forte contestação interna e externa.

As manifestações contra o governo Temer no exterior ocorreram em todo mundo, como em Frankfurt, Barcelona, Colônia, Berlim, Boston, New York, Lisboa, Montreal, Munique, Amsterdã, Madri, São Francisco, etc. No dia 2 de setembro, a "Marcha Federal contra o tarifaço, as demissões e o ajuste fiscal" que levou

centenas de milhares de argentinos às ruas de Buenos Aires contra as políticas neoliberais do governo Macri, teve a participação da direção da CUT, nas figuras do Secretário de Relações Internacionais, oriundo do SINPRO/DF e do Secretário Adjunto, membro da APEOESP, levando a solidariedade e denunciando o verdadeiro retrocesso que se encontra em curso no Brasil, procurando construir uma luta unitária dos trabalhadores.

Da mesma forma, na abertura da Assembleia Geral da ONU que se realiza anualmente em setembro, acontecerá uma manifestação de repúdio ao governo biônico de Michel Temer, cujo discurso tradicionalmente cabe ao governo brasileiro. É preciso denunciar ao mundo que este governo não possui a legitimidade das urnas e, portanto, não possui o apoio da população brasileira.

A saída está nas ruas

As intensas mobilizações que ocorreram no período que antecedeu ao ato final do impeachment devem se intensificar no próximo período. Já na semana da votação ocorreram diversas manifestações em todo país, quando milhares de pessoas saíram às ruas protestando contra este governo biônico e as políticas anti-sociais que pretende impor aos trabalhadores.

No dia 4 de setembro, mais uma vez, ocorreram manifestações massivas em diversas capitais do país. Em São Paulo, uma massa humana, numa demonstração de civismo, reuniu pelo menos 100 mil pessoas que após o ato na avenida Paulista fez uma caminhada até o Largo da Batata em

Pinheiros. Infelizmente, a manifestação que foi realizada de forma tranquila, contando com a participação de sindicatos, movimentos sociais diversos e população indignada de forma geral com este governo ilegítimo, foi fortemente reprimida quando os participantes já se dispersavam.

A repressão, a ação truculenta, com especial destaque ao desempenho da polícia militar do governo Alckmin, se fez presente já na semana anterior, com bombas, balas de borracha, cassetetes e todo seu aparato repressivo, quando uma jovem perdeu uma vista atingida por estilhaço de bomba. No dia da manifestação de domingo (04/09/16), jovens que nem se encontravam no local do ato foram presos arbitrariamente, e mantidos sem nenhum contato, numa ação autoritária, ao largo da lei. Neste episódio, há fortes indícios de infiltração do braço secreto da Polícia Militar paulista (P2) no grupo de jovens, o que teria facilitado a prisão. Esta é uma prática típica de ditaduras e evidencia a ruptura gradual da democracia no nosso país.

Essas ações truculentas vem sendo contestadas pela sociedade, com a Associação de Juizes pela Democracia e outras entidades, as quais repudiam o desrespeito ao direito de manifestação do cidadão.

Intensificação das manifestações contra Temer

No dia 7 de setembro, movimentos sociais realizaram grandes manifestações do Grito dos Excluídos. Em São Paulo, os professores,

organizados pela APEOESP estiveram presentes contra os retrocessos impostos por este governo biônico.

A saída da crise é o fortalecimento dos movimentos sociais, centrais sindicais e todo o movimento sindical, da juventude, movimentos ambientalistas, pela democracia coordenados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo, construindo uma agenda de atividades que deve convergir na preparação de uma greve geral.

O povo deve decidir

Neste cenário de mobilizações e de acirramento dos ataques aos trabalhadores, ganha importância o dia 22 de setembro, no qual diversas categorias profissionais prometem paralisar suas atividades. Nós, professores realizaremos uma grande assembleia, antecedendo o ato unificado na avenida Paulista.

Será um importante momento para ampliar o movimento contra o governo biônico de Michel Temer. Porém, não será este Congresso composto por uma maioria de deputados e senadores que rasgaram a Constituição e estão dispostos a aprovar medidas que irão retirar muitas conquistas sociais obtidas nos últimos anos e mesmo nas últimas décadas, que poderá apontar as medidas necessárias para o país sair da crise. É necessária a realização de uma consulta popular, através da qual o povo possa decidir o futuro que deseja para o país e para os trabalhadores. No processo eleitoral teremos que aprofundar o debate das medidas que de fato interessam aos trabalhadores e quais são os candidatos que de fato possam representar os seus interesses.

II. CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL

Mobilização total para avaliar a deflagração da greve

A presença de trinta mil professoras e professores na Praça da República no dia 26 de agosto, com posterior caminhada até o escritório da presidência da República na avenida

Paulista para dizer que a nossa categoria não aceita governo biônico e perda de direitos previdenciários, sociais e trabalhistas, indica que poderemos ser muitos mais na

assembleia do dia 22 de setembro no Vão Livre do MASP, com posterior ato unificado com outras categorias profissionais.

Debater a greve

A assembleia de 26/8 indicou que façamos o debate sobre a greve com a categoria. Em cada escola, em todas as regiões, devemos levar esta discussão, pois cabe aos professores e professoras decidirem qual caminho tomar diante da política de reajuste zero do governo estadual e frente a tantos retrocessos e ataques por parte de um governo federal ilegítimo e biônico.

PSDB e aliados aprovam sua política

A situação atual, infelizmente, é muito ilustrativa daquilo que sempre dissemos: a democracia é muito mais do que o direito formal de votar e ser votado. Quando ela é suprimida, total ou parcialmente, abrem-se espaços para a opressão e a exploração sobre a classe trabalhadora e se expande a política (neo)liberal do “Estado mínimo”. Ou seja, menos serviços públicos, menos investimentos nas áreas sociais, mais desemprego, privatizações, menos direitos trabalhistas. E nós, servidores públicos, diretamente vinculados ao Estado, somos as primeiras vítimas.

Este tipo de política é aplicada no estado de São Paulo desde há muito tempo, mas foi sistematizada e aperfeiçoada pelos governos do PSDB. Há vinte anos sofremos na pele o arrocho salarial; desvalorização profissional; descaracterização da nossa carreira; desmonte dos serviços públicos mais necessários à população; descompromisso com a oferta de educação pública de qualidade, sobretudo no ensino médio noturno e tantas outras medidas implementadas autoritariamente, sem debate ou negociação e mediante assédio moral nos locais de trabalho e generalizada repressão contra os movimentos reivindicatórios.

Conjuntura ressalta a conquista do PEE

Neste sentido, ganha maior destaque a conquista de um Plano Estadual de Educação que, por luta e pressão da APEOESP, juntamente com o Fórum Estadual de Educação, junto ao governo estadual, incorporou diretrizes, metas e estratégias que o configuram como uma política de Estado para a educação num período de dez anos.

O PEE (Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016) é, assim, uma verdadeira plataforma para orientar nossas lutas imediatas e futuras, pois o que está ali expresso é o resultado da elaboração coletiva das entidades representativas da sociedade civil organizada. (veja adiante nossas reivindicações mais importantes).

Cala a boca, não! Contra a farsa da escola sem partido

No estado de São Paulo, a ofensiva do movimento “escola sem partido” sofreu uma derrota, com a votação contrária, por maioria, a dois projetos de lei apresentados pelos deputados Luiz Fernando Machado (PSDB) e José Bittencourt (PSD), que pretendiam implantar este programa nas escolas do nosso estado. Entretanto, a tramitação desses projetos continua, bem como projetos semelhantes no âmbito do Congresso Nacional.

Os projetos que tramitam na Alesp contêm dispositivos que limitam a atividade docente, expondo os professores a uma fiscalização indevida por parte de pais e outros membros da comunidade e também autoridades, além da autoritária afixação de cartazes nas unidades escolares estabelecendo o que, a juízo dos deputados, devem ou não ser atribuições dos professores.

A APEOESP realizou em agosto

webconferência e uma aula pública na Praça da República sobre este tema, em conjunto com CUT, Coletivo Ocupa, UEE, UPES, ANPG, CNTE, UNEGRO, UJS e outros convidados. Um panfleto foi distribuído e uma cartilha sobre a “escola sem partido” deverá em breve ser remetida às regiões. As subseções devem continuar promovendo discussões com professores, estudantes, pais e toda a comunidade para que possamos impedir que projetos como esses venham a ser impostos.

Municipalização não é solução. Queremos educação pública de qualidade e a implementação do PEE

No processo de tramitação do Plano Estadual de Educação, conseguimos a retirada da Meta 21 da proposta do governo estadual, que previa a municipalização das séries finais do ensino fundamental.

Mais que isto, conseguimos assegurar, no artigo 7º da lei: “O poder público deverá, no prazo de 2 (dois) anos a contar da publicação desta lei, instituir em lei específica o Sistema Estadual de Educação, responsável pela articulação, em regime de colaboração, e pela consecução das diretrizes, metas e estratégias do PEE.”

A lei também prevê, em seu artigo 6º, que “O Estado de São Paulo atuará em regime de colaboração com a União e os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE”.

Entretanto, a Secretaria Estadual de Educação, de forma autoritária, pretende passar por cima do Plano Estadual de Educação e está realizando tratativas com o Conselho Estadual de Educação para promover a municipalização das séries finais do ensino fundamental. Não vamos aceitar. Vamos para o confronto nesta questão.

A reorganização silenciosa continua

Em todo o estado continuam a ocorrer fechamento de classes e chegam informações sobre previsão de fechamento de séries e anos iniciais em 2017. As classes seguem superlotadas e, embora faltem professores, continuam suspensas as novas contratações, enquanto muitos professores temporários que precisam trabalhar continuam desempregados.

Houve compromisso do Secretário da Educação de que uma nova chamada de concursados PEB I e PEB II será feita no segundo semestre.

Com o final do concurso de remoção, cresce a expectativa dos remanescentes, mas até o momento não houve confirmação oficial da convocação. Este é um dos pontos da nossa pauta de reivindicações e continuaremos lutando para que o compromisso seja cumprido.

Dialogar com a categoria e com a comunidade. Mobilizar para a assembleia de 22/9

Há mais de dois anos sem reajuste

salarial e enfrentando uma jornada de trabalho excessiva em sala de aula, classes superlotadas, violência nas escolas, falta de condições de trabalho, adoecimento e todo tipo de desmandos, nossa categoria vem se mostrando disposta a lutar. Ela requer atenção, diálogo e a construção da unidade entre todos os segmentos que a compõem, a partir do local de trabalho.

Neste sentido, reiteramos a necessidade de que as subseções se organizem para que, até o dia 22/9, a totalidade dos professores e professores de suas regiões realizem nas escolas o debate sobre a oportunidade e viabilidade de uma greve.

Nossas reivindicações centrais

Nossa pauta é extensa, mas é preciso verificar que a luta não se realiza por um ou outro ponto de forma isolada—que atingem, muitas vezes, de maneira diferenciada cada segmento, de acordo com a divisão imposta pelo governo estadual. A greve é para que possamos conquistar uma outra relação entre a nossa categoria e o Estado, para que sejamos valorizados e para que a escola pública estadual melhore suas condições estruturais, as condições de trabalho e qualidade do ensino.

Vejam alguns pontos centrais pelos quais lutamos:

- Não ao governo biônico. Fora Temer, em defesa da democracia.
- Contra a retirada de direitos dos trabalhadores e os retrocessos nas políticas sociais.
- Não à terceirização
- Não à reforma da previdência.
- Não ao PLP 257/2015 (Suspende concursos e outras contratações, limita reajustes, aumenta alíquota previdenciária de 11% para 14%, limita investimentos públicos entre outras medidas)
- Não à EC 241/2016 (limita os investimentos públicos e reduz verbas da educação e outras áreas sociais por 20 anos).
- Pelo cancelamento das nomeações de Temer para o Conselho Nacional de Educação. Posse aos conselheiros nomeados por Dilma Rousseff.
- Reajuste emergencial de 16,6%.
- Implementação da Meta 17 do PEE.
- Participar do Grupo de Trabalho junto à SEE para tratar da implementação da meta 17 do PEE (equiparação salarial com os demais profissionais com formação e nível superior), jornada do piso e número máximo de estudantes por classe.

- Não à reorganização da rede estadual de ensino.
- Fim da superlotação e reabertura das classes fechadas.
- Cala a boca, não! Contra a farsa da escola sem partido.
- Contra a reforma (flexibilização) do ensino médio.
- Participar dos calendários de lutas da CUT e CNTE, destacando-se o dia nacional de paralisação e a jornada continental em defesa da democracia e contra o neoliberalismo.
- Convocação imediata dos concursados (PEB I e PEB II).
- Disciplinar em lei e assegurar os direitos dos professores readaptados.
- Nova forma de contratação de professores temporários de forma a equiparar seus direitos aos dos profissionais efetivos (estratégia 18.20 do PEE).
- Em defesa do IAMSPE.
- Melhoria da qualidade, ampliação e descentralização do atendimento.
- Exigir do Estado a sua cota-parte para financiamento do IAMSPE.
- Contra o projeto de autarquia especial do governo.
- Pela maioria de usuários pagantes nos organismos de decisão do IAMSPE.
- Humanização do atendimento no DPME.
- Concessão de licenças aos professores doentes.
- Não desconto de faltas aos que aguardam perícia e publicação de licenças.
- Descentralização e melhor qualidade no atendimento.
- Assegurar no prazo de dois anos legislação específica da gestão democrática.
- Ampliar espaços de participação na gestão democrática da educação, assegurando a representação de professores, pais, estudantes, funcionários e sociedade civil organizada, desde os conselhos de escola até o Conselho Estadual de Educação.

III. FRENTE ÀS QUESTÕES APRESENTADAS, AS SUBSEDES DEVEM:

- Debater a greve e aferir as posições dos professores e das professoras na região.
- Debater e elaborar propostas para o calendário da campanha salarial e educacional.
- Organizar amplas caravanas para a assembleia do dia 22/9.
- Ampliar a participação dos professores e das professoras, bem como estimular a participação de estudantes, pais e comunidades nas mobilizações em defesa da democracia, contra o governo biônico e contra retrocessos e retirada de direitos, por meio dos comitês em defesa da democracia criados no âmbito de cada subsede.
- Realizar panfletagens, rodas de conversa, debates e outras atividades com os materiais da APEOESP com relação aos ataques do governo biônico de Temer, campanha salarial, escola sem partido, gestão democrática e outros.
- Atualizar levantamento sobre fechamentos de classes nas escolas das respectivas regiões. Enviar para presiden@apeoesp.org.br.
- Realizar junto às comunidades chamadas para organizar a demanda não atendida por vagas nas regiões, sobretudo no período noturno (ensino médio e EJA).

Queremos gestão democrática

Uma das conquistas da nossa luta, por intermédio do Fórum Estadual de Educação, foi a introdução da gestão democrática como uma das diretrizes do Plano Estadual de Educação, bem como alterações na Meta 19 do PEE, entre elas a que retirou o “mérito” como um dos critérios para a gestão democrática, bem como a ampliação dos espaços de participação de toda a comunidade nas escolas e, ainda, a reformulação do Conselho Estadual de Educação para que passe a contemplar representações de todos os segmentos educacionais.

O PEE determina que o Estado elabore, no prazo de dois anos de vigência do Plano, legislação própria de gestão democrática no âmbito dos sistemas de ensino. A Secretaria da Educação publicou um primeiro texto (veja anexo) que devemos debater, assim como as subseções devem organizar a participação da categoria neste processo. A APEOESP realizará brevemente, em data a ser fixada, uma webconferência sobre o tema, com a presença de entidades e convidados, para subsidiar o debate.

Estamos lutando e vamos lutar para que a gestão democrática seja uma realidade na rede estadual de ensino e em todas as redes municipais nas

Gestão Democrática no Plano Estadual de Educação

a) Diretrizes

Artigo 2º – São diretrizes do PEE:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades

educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado e do País;

VIII – valorização dos profissionais da educação;

IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

b) Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

Estratégias

19.1. Estabelecer, no prazo de 2 (dois) anos, legislação própria que regulamente a gestão democrática no âmbito dos sistemas de ensino.

19.2. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, por meio de legislação estadual específica.

19.3. Garantir que o provimento do cargo de Diretor das escolas públicas da rede estadual dar-se-á por critério meritório, conforme

previsto na Constituição Federal – por concurso público de provas e títulos – para professores de carreira.

19.4. Fomentar a expansão da oferta dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, conselhos de alimentação escolar, conselhos regionais, conselhos municipais e outros, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo apoio administrativo, técnico, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.5. Fomentar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

19.6. Promover a participação dos profissionais da educação e demais segmentos na elaboração e no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e da rede de ensino pública.

19.7. Estimular, em todas as escolas, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.8. Estimular, aperfeiçoar e fortalecer espaços de participação na gestão democrática da educação, assegurando a representação de professores, pais, estudantes, funcionários e sociedade civil organizada.

19.9. Implementar, assegurar e fortalecer as relações entre escola, família e sociedade, objetivando maior desenvolvimento nos espaços democráticos de discussão.

19.10. Adequar, no prazo de 2 (dois) anos a partir da promulgação deste PEE, a composição do Conselho Estadual de Educação, garantindo a participação dos diversos segmentos da comunidade educacional.

IV. ANEXO

Texto da Secretaria Estadual da Educação Julho de 2016 (para conhecimento)

Gestão Democrática Introdução

A Gestão Democrática na Educação pressupõe a participação efetiva de todos os atores da comunidade escolar para o processo de construção de uma rede pública de ensino com papel decisivo na formação e emancipação dos cidadãos. Assim, requer-se que os sujeitos envolvidos tenham seu papel definido neste processo de participação.

A partir do mês de julho de 2016, a SEE está lançando o Projeto de Gestão Democrática da Educação, que é um

imenso desafio de ouvir a rede, a sociedade civil, a comunidade educacional, etc., quanto à concepções de Gestão Democrática e sua implementação na cultura da rede. O Projeto visa, pautado no respeito às diversidades escolares, implementar ações de gestão participativa no ensino estadual paulista, aprimorando os instrumentos já existentes e fomentando a participação das organizações educacionais.

Objetivando garantir o processo democrático na rede, a mobilização do tripé escola-família-comunidade, em conexão com as demais políticas públicas, possibilita a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, sendo fundamental sua participação nos colegiados (Grêmios estudantil e conselho de escola) e na associação de pais e mestres.

Justificativa

O trabalho proposto no Projeto se justifica pelas leis que o amparam: A Constituição Federal/88 conforme estabelecido no inciso VI, art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: gestão democrática do ensino público, na forma da lei e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996 – em seus incisos I e II, do Art. 14, que orienta:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Complementando o conjunto de fundamentos legais que embasam este trabalho estão o Plano Nacional da Educação e o Plano Estadual de

Educação que indicaram metas para os próximos anos. Uma das metas é assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.

Encaminhamos, no momento do replanejamento de sua escola, as linhas gerais do Projeto de Gestão Democrática, que será desenvolvido no segundo semestre de 2016 e ao longo de 2017, pelo órgão central, Des, UEs, pais e alunos e comunidade escolar e local. Esperamos que a ação venha a fortalecer as relações democráticas no interior da escola.

É importante enfatizar essa necessidade e priorizar ainda mais o envolvimento, integração e o protagonismo desse público. Para favorecer o seu acompanhamento e implementação do tema Gestão Democrática no plano de ação para 2016, bem como a ampliação dos horizontes de todos os segmentos envolvidos, segue abaixo o cronograma que será utilizado em momento oportuno.

Cronograma

1ª Etapa: Diagnóstico

- *Data de Apresentação do Projeto:* 11 de agosto de 2016;
- *Ação de Capacitação para o Mediador dos Grupos Focais (amostragem);*
- *Elaboração dos questionários com base no resultado dos grupos focais.*

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	AGOSTO				SETEMBRO				OUTUBRO			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Apresentação do projeto à Sociedade Civil	SEE		★										
Grupos Focais	SEE/DE/Escola												
Sistematização dos Resultados	Mediador dos Grupos Focais												
Elaboração do Questionário	SEE/Inspirare												
Aplicação dos Questionários	Escola												
Consolidação dos Questionários	Parceiros												

2ª Etapa: Encontros Locais

- *4ª Semana de Novembro:* ANA/SARESP
- *4ª Semana de Dezembro:* Natal/Ano Novo;
- *Unidade Escolar (EU) sistematizará os resultados e enviará para a respectiva Diretoria de Ensino;*
- *Diretoria de Ensino consolida os resultados.*

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO				JANEIRO/2017				
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Encontros nas Unidades Escolares	Escola				★													
Sistematização dos Encontros das UEs	Escola/DE																	
Consolidação dos Resultados	DE																	

3ª Etapa: Encontros Regionais

- *Dentro do período estabelecido, as DEs poderão optar pelos dias que desejam realizar o Encontro Regional;*
- *Após a sistematização dos encontros regionais, o resultado será encaminhado aos responsáveis dos Polos;*
- *Os responsáveis dos Polos sistematizarão os resultados oriundos das DEs;*
- *5ª Semana de Fevereiro: Carnaval*

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	FEVEREIRO 2017					MARÇO 2017				ABRIL 2017				MAIO 2017			
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Preparação dos Encontros Regionais	Diretoria / SEE																	
Encontros Regionais	Diretoria																	
Preparação dos Encontros Regionais	Diretoria																	
Sistematização nos Polos	Pólos																	

4ª Etapa: Encontros Estaduais

- *Os resultados obtidos nas etapas anteriores servirão como base para o Encontro Estadual*

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	MAIO 2017				JUNHO 2017				JULHO 2017				
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Preparação do Encontro Estadual	SEE													
Encontro Estadual	SEE													
Sistematização dos Resultados do Encontro	SEE													
Elaboração da minuta Projeto de Lei	SEE													
Audiência / Consulta Pública	SEE													
Encaminha o Projeto de Lei à ALESP	SEE													



Expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral
(Afastado)

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
Secretário de Comunicações
Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Solange A. Benedeti Penha
(Afastada)

Tiragem 12 mil exemplares



DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidenta: Maria Izabel Azevedo Noronha; Vice-Presidente: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral: Leandro Alves Oliveira (Afastado); Secretário Geral Adjunto: Fábio Santos Silva; Secretário de Finanças: Luiz Gonzaga José; Secretária de Finanças Adjunta: Maria Sufaneide Rodrigues; Secretário de Administração: Odimar Silva; Secretária de Administração Adjunta: Maria José Carvalho Cunha; Secretária de Patrimônio: Miguel Noel Meirelles; Secretária de Patrimônio Adjunta: Tereza Cristina Moreira da Silva; Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais: Francisca Pereira da Rocha Seixas; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto: Richard Araujo; Secretário de Comunicações: Roberto Guido; Secretário de Comunicações Adjunto: Sílvio de Souza; Secretário de Formação: Zenaide Honório; Secretário de Formação Adjunto: Paulo José das Neves (Afastado); Secretário de Legislação e Defesa dos Associados: Francisco de Assis Ferreira; Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta: Solange A. Benedeti Penha (Afastada); Secretário de Política Sindical: Moacyr Américo da Silva (Afastado); Secretária de Política Sindical Adjunta: Ozani Martiniano de Souza; Secretária de Políticas Sociais: Rita de Cássia Cardoso; Secretário de Políticas Sociais Adjunto: Ezio Expedito Ferreira Lima; Secretária para Assuntos de Aposentados: Ana Lúcia Santos Cugler; Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta: Fátima da Silva Fernandes; Secretária para Assuntos da Mulher: Suely Fátima de Oliveira; Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta: Eliana Nunes dos Santos; Secretária para Assuntos Municipais: Nilceia Fleury Victorino; Secretária para Assuntos Municipais Adjunta: Mara Cristina de Almeida; Secretária Geral de Organização: Cilene Maria Obici; Secretária de Organização para a Capital: Silvana Soares de Assis; Secretário de Organização para a Grande São Paulo: Stenio Matheus de Moraes Lima; Secretária de Organização para o Interior: Jorge Leonardo Paz; Secretária de Organização para o Interior: Paula Cristina Oliveira Penha; Secretário de Organização para o Interior: Sergio Martins da Cunha; Secretária de Organização para o Interior: Sonia Maria Maciel.

Diretoria Estadual

Ademar de Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço da Silva; Andre Luis F. da Silva (Afastado); André Sapanos De Carvalho (Afastado); Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ariovaldo de Camargo; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes (Afastado); Carmen Luiza Urquiza Souza; Claudelicio dos Reis; Claudia Cristina Alves de Souza; Clodoaldo Rocha de Oliveira; Danilo Giaconetti Paris (Afastado); Decio Alves da Silva; Dorival Aparecido da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa (Afastado); Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte (Afastado); Fabiana Ribeiro da Silva; Fabio Henrique Granados Sardinha (Afastado); Flavio Azevedo Lamas; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Idenilde de Almeida Conceicao; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto (Afastado); Joel Fernando Cângane; José de Jesus Costa; Josefa Gomes da Silva; José Francisco da Silva; José Reinaldo de Matos Lima; Jovina Maria da Silva; Jucinaldo Souza Azevedo; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal de Aguiar Penteado Neto (Afastado); Luis Antonio Nunes da Horta (Afastado); Luiz Cláudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Maira Machado Rodrigues (Afastada); Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota N.Rocha (Afastada); Maria Licia A.Orlandi; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva (Afastado); Orivaldo Felício; Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo V. de Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembergue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara M.Lima; Roberta Maria T. Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Ronald Torelli; Rosa M. de Araujo Fiorentin; Sergio de Brito Garcia (Afastado); Sonia Aparecida A. de Arruda; Suzi da Silva (Afastada); Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Teresinha de Jesus Souza Martin (Afastada); Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira (Afastado); Vera Lucia Zirnberger (Afastada) e Wilson Augusto Fiuza Frazao.